

**NAS TRAMAS DISCURSIVAS DO BOLSONARISMO –  
RESENHA DE *GUERRA CULTURAL E RETÓRICA DO ÓDIO*  
(EDITORA E LIVRARIA CAMINHOS, 2021), DE JOÃO CEZAR  
DE CASTRO ROCHA**

**Resenha**

Vitor Vieira Ferreira<sup>1</sup>

Ainda caberá à historiografia contemporânea e futura uma compreensão suficientemente ampla de nosso momento político atual, no qual por ora, diante da derrota nas urnas de Jair Bolsonaro em sua tentativa de reeleição, vislumbram-se no horizonte alguns ventos de mudança. Sem que nos limitemos ao imediatismo do tempo presente, o fenômeno bolsonarista – termo guarda-chuva para sintetizar todo o complexo e multifacetado movimento de ascensão da direita e extrema direita nos últimos anos – não se restringe aos anos de mandato de Bolsonaro (de 2019 a 2022) e muito provavelmente não deixará de figurar no cenário político, social e cultural nos anos seguintes.

Bolsonaro, que, uma vez tornado presidente, tornou-se o responsável, dentre outros feitos, pela forma desastrosa com a qual o Estado brasileiro combateu a pandemia do coronavírus e que flertou, com destacada frequência, com a verve autoritária de setores sociais que nos dias de hoje, findado o processo eleitoral, mostram sua face escancaradamente golpista. Mostra-se, portanto, inescapável a tarefa de analisar a vasta gama de fatores, circunstâncias e atos individuais e institucionais que possibilitaram a um “mediocre deputado do baixo clero” a chegada ao posto mais alto da república (Rocha, 2021, p. 299).

“Guerra cultural e retórica do ódio” (doravante GC), publicado em 2021, emerge neste contexto de reflexão na tentativa de se criar inteligibilidade sobre o bolsonarismo. A obra em questão é o resultado de um respeitável trabalho de João Cezar de Castro Rocha, professor

---

<sup>1</sup> Bacharel em Letras (Português/Alemão), Mestre e Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atua como Professor Substituto de Alemão dessa mesma instituição. Contato: [vitor.vieira.ufrj@gmail.com](mailto:vitor.vieira.ufrj@gmail.com)



titular de Literatura Comparada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pesquisador, crítico literário e ensaísta e que assumiu para si a tarefa de identificar no bolsonarismo suas características mais fundamentais. Trabalho respeitável tanto no que diz respeito à relevância política e cultural de seu objeto de estudo quanto no que concerne à preocupação do autor em fundamentar suas reflexões com um vasto acervo de textos dos mais diversos gêneros discursivos.

Ao leitor, portanto, não faltarão seguidas referências a notícias, passagens de textos literários e/ou teóricos, postagens em redes sociais, documentos oficiais ou letras de músicas. Daí a proposta de uma “etnografia textual”, nos termos do autor, para atingir o objetivo de “descrever, da forma a mais acurada que conseguir, a lógica interna da mentalidade bolsonarista” (Rocha, 2021, p. 25). Rocha não se presta a uma explanação teórica mais aprofundada de seu método, mais pertinente a um formato mais estritamente acadêmico. Isto, no entanto, de forma alguma retira o mérito de sua proposta e da execução de seu trabalho, no qual produções discursivas concretas servem a todo tempo de ponto de partida para cada aspecto tratado.

O que se observa já desde as primeiras páginas é um estilo de escrita notavelmente fluido e que torna o texto bastante acessível a um público mais amplo, sem que com isso se veja reduzida a densidade de suas reflexões. Por diversas vezes, o autor se permite assumir um diálogo direto com o leitor, seja para fazer um comentário adicional sobre algo apresentado, seja para explicitar uma possível crítica por parte do leitor ou mesmo para, num exercício metalinguístico, situá-lo quanto à linha argumentativa do texto. Com suas mais de trezentas páginas, a grande quantidade de referências e citações se vê equilibrada com um recorrente tom de oralidade, por vezes até jocoso, e que transformam a leitura em um agradável diálogo com o autor. O que, diga-se, nos ajuda a lidar com a perplexidade e mesmo a possível aversão sentida diante das falas bolsonaristas cuidadosamente selecionadas e reproduzidas pelo autor.

Para Rocha, a retórica do ódio deve ser entendida como uma técnica discursiva particular, responsável pelo fomento e manutenção da guerra cultural bolsonarista, que, ao fim e ao cabo, conduziu o país ao “caos social, à paralisia da administração pública e ao déficit cognitivo definidor do *analfabetismo ideológico*” (Rocha, 2021, p. 23. Grifos do autor). A preocupação com uma descrição acurada desta técnica e a guerra cultural que dela se apropriam são a expressão de uma atitude que busca não uma caricatura do bolsonarismo, mas sua



caracterização. Com vista a este objetivo, GC se estrutura em quatro capítulos principais, acrescidos estes das seções de Apresentação, Introdução e Conclusão.

Em seu Capítulo um, Rocha pressupõe que a “ascensão da direita no Brasil contemporâneo, dada sua força e alcance, é um fenômeno necessariamente mais orgânico e longo do que transparece nas interpretações dominantes no campo da esquerda” (Rocha, 2021, p. 37). Posto nestes termos, o fenômeno bolsonarista não deve ser entendido como um dos fatores determinantes para o hodierno triunfo eleitoral da direita, pelo contrário, ela é “anterior à emergência do bolsonarismo e favoreceu sua possibilidade de êxito” (Rocha, 2021, p. 38). Rocha ultrapassa assim os limites do tempo mais recente para identificar já em meados dos anos 80 um “movimento subterrâneo de direita” (Rocha, 2021, p. 41), articulado inicialmente entre os militares e posteriormente na sociedade civil, e que atuou como uma reação à política implementada por Ernesto Geisel (1974–1979) e ao processo de redemocratização levado a cabo pelo general João Batista Figueiredo (1979–1985).

O que se inicia de forma “subterrânea” assume um caráter orgânico nas décadas seguintes e pode, segundo o autor, ser compreendido à luz de quatro fatores específicos: a) a ação de Olavo de Carvalho para a articulação da direita política no período de redemocratização; b) a formação de um momento histórico particular no qual se pôde estabelecer uma associação entre *establishment*, sistema político e campo da esquerda, visto ter o Partido dos Trabalhadores saído vitorioso em quatro eleições presidenciais; c) a consolidação de uma juventude de direita que assumiu a tecnologia digital como seu mais frutífero instrumento de comunicação e difusão de ideias; e d) o processo a partir de 2013 de disputa das ruas pela direita com o campo da esquerda. Não podendo serem pensados cada um isoladamente, esses quatro fatores estão profundamente imbricados: a juventude de direita em situação de oposição aos governos petistas e que ocupou as ruas e se mobilizou em ambientes *online* teve sua visão de mundo formada em grande medida pelo “sistema de crenças Olavo de Carvalho”, replicado nestes mesmos ambientes.

A leitura etnográfica de Rocha é especialmente precisa – com destacadas referências tanto a passagens da lavra olaviana quanto a de seus discípulos – em descrever este sistema de crenças e creditar a Olavo de Carvalho a linguagem hoje predominante na direita brasileira. Linguagem esta caracterizada, em termos de forma, pelo anti-intelectualismo, por um estilo próprio marcado por palavrões, citações tratadas de forma superficial, frases de efeito e por uma



retórica do ódio que desumaniza adversários políticos e ideológicos. Já quanto a seu conteúdo, prossegue o autor, ela é marcada pela recorrência dos temas do revisionismo histórico da Ditadura Militar, da constante ameaça comunista e de “labirínticas teorias conspiratórias de dominação planetária” (Rocha, 2021, p. 72).

No segundo capítulo, Rocha assume como objeto de análise o conceito de guerra cultural bolsonarista, qualificando-a como o eixo do projeto autoritário de poder de Jair Bolsonaro. Trata-se de uma guerra, na medida em que, no contexto bolsonarista, os embates e conflitos na dimensão cultural entre ideias progressistas e conservadoras (algo próprio da modernidade histórica, conforme pontua o autor) assumem uma dimensão tão antagônica que o “outro”, neste contexto, passa a ser visto como um inimigo a ser eliminado.

Daí uma retórica do ódio que serve de expressão e legitimação deste antagonismo e que se distingue do discurso de ódio por possuir, segundo o autor, dois procedimentos particulares (que podem ser aprendidos e replicados): a desqualificação nulificadora e a hipérbole descaracterizada. Quanto à primeira, o que se tem é a redução do “adversário ideológico num outro tão absoluto que ele passa a se confundir com um puro nada, um ninguém de lugar nenhum”, sendo autorizada, por conseguinte, “a completa desumanização de todo aquele que não seja espelho de minhas próprias convicções” (Rocha, 2021, p. 163). Já quanto à segunda, Rocha a qualifica como um recurso estilístico olavista, no qual a extrapolação de um dado ou característica da realidade garante sua livre manipulação discursiva precisamente porque lhes retira a complexidade factual que demandaria uma reflexão mais cautelosa.

Rocha prossegue no terceiro capítulo com o argumento de que a mentalidade bolsonarista – que ultrapassa o governo Bolsonaro e, em comparação com este, deve ser entendida como uma entidade distinta – foi “intrinsecamente moldada pela atmosfera draconiana da Lei de Segurança Nacional de 1969” (Rocha, 2021, p. 239). Para o autor, o texto da Lei de Segurança Nacional (doravante LSN), promulgada em 29 de setembro de 1969, é claro em postular o princípio de guerra total, segundo o qual todo e qualquer “cidadão de bem” deve assumir para si a incumbência de combater antagonismos (termo presente na própria lei) aos objetivos nacionais.

Considerado o contexto histórico da época, por “antagonismos” entenda-se “inimigos externos”, e, mais especificamente, a alegada expansão da União Soviética após a Segunda Guerra Mundial – conforme a Doutrina de Segurança Nacional (doravante DSN) formulada por



George F. Kennan. Rocha destaca, no entanto, que “a ditadura militar brasileira operou uma torção hermenêutica: a DSN da Escola Superior de Guerra inventa uma ficção conveniente: o *inimigo é interno*, porém, ao ser *auxiliado do exterior*, também se torna *externo*” (Rocha, 2021, p. 242. Grifos do autor). Na prática, a LSN serviu como instrumento legal para a “caça ao inimigo interno”, que, hoje sabemos, foi a justificativa para as atrozes práticas realizadas por militares com seus pretensos inimigos. Para o autor (Rocha, 2021, p. 245), a “mentalidade bolsonarista é a tradução insensata para tempos democráticos da DSN em sua expressão mais violenta, a LSN de 1969”.

Ainda neste terceiro capítulo, Rocha dedica especial atenção ao “Orvil”, um projeto sigiloso do Exército Brasileiro que só veio a se tornar público em 2007, quando foi disponibilizada na internet um arquivo de sua íntegra. Resumidamente, trata-se de um extenso documento, com mais de 900 páginas, redigido entre os anos de 1985 e 1988, como forma de resposta às acusações presentes no livro “Brasil: Nunca Mais”, publicado em 1985 por Dom Paulo Evaristo Arns. Ao longo de suas páginas, o “Orvil” concebe uma matriz narrativa específica: “desde março de 1922, por meio do Partido Comunista do Brasil, não se passou um dia sequer sem que o movimento comunista internacional não tenha levado adiante ininterruptas *tentativas de tomada de poder*” (Rocha, 2021, p. 268. Grifos do autor). Não tendo obtido vitória com tentativas de confronto armado, a esquerda, assim postula o “Orvil”, buscou desenvolver formas de infiltração na sociedade e de aparelhamento das instituições públicas.

Nesses termos, o projeto bolsonarista, em sua natureza destrutiva, estabelece como objetivo, uma vez no poder, precisamente a dissolução deste pretenso aparelhamento – o que, em termos mais recentes, corresponde à dita hegemonia cultural da esquerda. Essa pretensa hegemonia, por sua vez, é combatida especialmente pelo *think tank* que desempenha para o bolsonarismo hoje o mesmo papel que o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) desempenhou para a propagação do imaginário anticomunista antes do golpe de 1964: a produtora Brasil Paralelo (doravante BP), fundada em 2016. Com seus documentários e filmes, a BP difunde “para dezenas de milhões de brasileiros o *sistema de crenças Olavo de Carvalho* e a teoria conspiratória orviliana” (Rocha, 2021, p. 287. Grifos do autor).

Por fim, cabe ao quarto capítulo a questão sobre como Bolsonaro foi capaz de trilhar seu caminho até a presidência. Para tanto, Rocha retorna a Junho de 2013 e destaca a pulsão antissistêmica que se formou durante as manifestações da época, cuja mobilização mostrava a



força política das redes sociais. Neste contexto, o ativismo das massas digitais se somou ao ativismo judicial desempenhado pela Operação Lava Jato e seu tratamento midiático, criando juntos condições favoráveis para a ascensão da até então caricata figura de Jair Bolsonaro.

Rocha destaca que três fatores foram especialmente relevantes para este processo: a atuação do então deputado junto à Comissão Nacional da Verdade, em 2011; o lançamento de sua pré-candidatura à Presidência da República pelo Partido Progressista em 2014 e sua paradoxal candidatura ao posto de presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, também em 2014. Bolsonaro soube ainda fazer bom uso de setores neopentecostais, que ao longo dos anos adquiriram destacada importância eleitoral. Nesse sentido, não foi necessário muito para que a mentalidade orviliana de combate ao inimigo comunista caminhasse lado a lado com o combate na esfera espiritual do diabo cristão.

Em síntese, GC percorre um extenso caminho, rico em referências documentais que nos permite tratar do bolsonarismo com um rigor condizente com sua complexidade estrutural e histórica, bem como necessário com vistas à sua superação. Rocha (2021, p. 354) não se limita, assim, à figura individualizada de Jair Bolsonaro e pede para que não nos esqueçamos: “o bolsonarismo antecedeu e certamente sucederá ao Messias Bolsonaro”. O que temos, portanto, com GC é uma valiosa publicação para que nos situemos diante deste momento tão singular no qual letras das páginas sombrias de nosso passado ditatorial recente ainda dão forma ao imaginário da constante guerra cultural na qual muitos acreditam estar lutando.

## REFERÊNCIAS

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. 1ª edição. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

